

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.129 - RJ (2019/0128953-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : ISAURA DE OLIVEIRA CHIAPPETTA BRAGA
ADVOGADOS : VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA - DF019640
WELINGTON DUTRA SANTOS - RJ155434
DIEGO GOIÁ SCHMALTZ - DF045713
RAYANNE ILLIS NEIVA MÁXIMO - DF038331

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por UNIÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO ADMINISTRATIVO
SERVIDORES DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL AME MANDADO
DE SEGURANÇA COLETIVO EXECUÇÃO INDIVIDUAL
VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL - VPE COMPENSAÇÃO COM
AS RUBRICAS VPNI GEFN E GFM IMPOSSIBILIDADE COISA
JULGADA RECURSO DESPROVIDO.

1. Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória que, em execução de sentença contra Fazenda Pública, determinou o prosseguimento da execução sem dedução das rubricas VPNI, GEFN e GFM.

2. O cerne da questão a ser enfrentada cinge-se em aferir se, em sede de execução individual de título executivo transitado em julgado, formado no Mandado de Segurança Coletivo autuado sob o nº 2005.51.01.016159-0, impetrado pela Associação de Oficiais Militares Estaduais do Rio de Janeiro - AME/RJ, que reconheceu o direito de extensão da Vantagem Pecuniária Especial - VPE, criada pela Lei nº 11.134/05 aos servidores do antigo Distrito Federal, deve haver ou não compensação com as rubricas VPNI, GEFN e GFM.

3. No título exequendo restou decidido que a Vantagem Pecuniária Especial - VPE, criada pela Lei nº 11.134/05, deve ser estendida aos servidores do antigo Distrito Federal em virtude da vinculação jurídica estabelecida pela Lei nº 10.486/2002, razão pela qual não merecem prosperar a alegação de necessidade de opção por um dos dois regimes remuneratórios.

4. In casu, o direito ao recebimento da a Vantagem Pecuniária Especial - VPE, criada pela Lei nº 11.134/05, está acobertado pela preclusão máxima decorrente da coisa julgada, assegurada como direito fundamental na Carta Constitucional (art. 5º, XXXVI), afigurando-se inviável a alteração, na fase de execução, do que já se encontra imutável pelo trânsito em julgado, sob pena de ofensa à garantia constitucional da coisa julgada.

5. Descabidas as teses de impossibilidade de cumulação da VPE com

outras gratificações e de necessidade de compensação, haja vista que o título judicial que ampara a presente execução não determinou nenhuma compensação ou eliminação das demais rubricas.

6. A Gratificação Especial de Função Militar - GEFM e a Gratificação de Incentivo à Função Militar- GFM integram, privativamente, os proventos de todos os militares do antigo Distrito Federal, não havendo como impedir seu pagamento concomitantemente com o pagamento da VPE, cuja implantação em folha de pagamento resta assegurada nos termos do julgado.

7. No que tange à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável - VPN, cabe destacar que sua instituição visa a evitar decesso remuneratório, a fim de se preservar a necessária irredutibilidade de vencimentos, assegurada no art. 37, XV, da CRFB/88, podendo tal vantagem ser absorvida por lei superveniente que promova a reestruturação da carreira do servidor. Tendo em vista que a Vantagem Pecuniária Especial - VPE não constitui aumento superveniente de vencimento, não há que se falar em compensação com a VPNI.

9. Faz jus a Parte Agravada ao recebimento da VPE, nos termos constantes do título executivo judicial, sem a alegada necessidade de limitação em razão do recebimento de outras gratificações ou rubricas, sendo certo que o título transitado em julgado não determinou nenhuma compensação ou absorção de rubricas dos proventos dos militares do antigo Distrito Federal, determinando, ao contrário, a inclusão da rubrica VPE. Precedentes desta Corte: 0010789-07.2016.4.02.0000, Juíza Federal Convocada EDNA CARVALHO KLEEMANN, Sétima Turma Especializada, DJe 07/08/2017; 0005611-43.2017.4.02.0000, Juiz Federal Convocado FLAVIO OLIVEIRA LUCAS, Sétima Turma Especializada, DJe 04/06/2018.

10. Agravo de Instrumento desprovido.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção da decisão.

Nesse sentido: “Existindo fundamento de índole constitucional, suficiente para a manutenção do acórdão recorrido, cabia à parte recorrente a interposição do imprescindível Recurso Extraordinário, de modo a desconstituí-lo. Ausente essa providência, o conhecimento do Especial esbarra no óbice da Súmula 126/STJ, segundo a qual 'É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta-se em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário'. Precedentes do

STJ” (AgInt no AREsp 1.288.579/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 821.329/PB, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 13/2/2019; AgInt nos EDcl no REsp 1.445.887/PR, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no AREsp 1316610/SC, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 6/12/2018; e AgRg no AREsp 800.057/RN, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 14/11/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente